



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Interpelação Oral

O CCAC divulgou recentemente que o Instituto Cultural (IC) tinha contratado grande número de trabalhadores através de contrato de aquisição de serviços, e veio agora divulgar também, no seu relatório de actividades de 2016, que algumas entidades públicas contratam pessoal sem obedecer ao regime de contratação da função pública, entre as quais a Direcção dos Serviços de Turismo, que contratou um trabalhador cujas habilitações académicas são inferiores às exigidas naquele regime. Depois de o CCAC a ter aconselhado, a Direcção de Serviços em causa ainda tentou fugir à lei, e só depois de várias insistências é que resolveu a situação. Este caso afectou imenso a imagem e a autoridade do Governo da RAEM, e demonstrou que mesmo quando os serviços são informados de que erraram nos seus actos ou procedimentos, continuam a recorrer a vários fundamentos para fugirem à lei.

Estas irregularidades na contratação de trabalhadores já não são novidade, e quando são divulgadas, os serviços públicos, no meio das chuvas de críticas da sociedade, dizem que vão rever a situação, no entanto, poucos são os dirigentes que são responsabilizados, e os serviços nem sempre tomam a iniciativa de dar a conhecer ao público as melhorias introduzidas nas suas contratações. Normalmente os casos acabam por cair no esquecimento e, passado algum tempo, os erros repetem-se. Afinal, como é que podemos exigir responsabilidades aos governantes?



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

A sociedade quer um regime de responsabilização dos governantes perfeito, com vista a regular os governantes cujo desempenho é medíocre, que cometem ilegalidades administrativas, que nunca fazem nada e levam ao mau desempenho dos serviços públicos, devendo estes assumir a responsabilidade dos serviços sob sua tutela e esforçar-se para reduzir ou evitar algumas situações de falta de actuação ou de actuação indevida. Através da efectiva concretização do regime de responsabilização dos governantes, toda a equipa de funcionários públicos pode sentir que há lugar à regulação dos dirigentes e que a mesma não será afectada por compadrio nem nepotismo, pois só assim é que conseguirá ter vitalidade e energia.

Nestes termos, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. Os mecanismos de concurso e os procedimentos e requisitos legais de recrutamento na Função Pública permitem assegurar a imparcialidade, justiça e abertura, bem como a admissão de elites. Mas como falta fiscalização efectiva, alguns serviços públicos ainda conseguem fugir à lei, portanto, acaba por ser difícil evitar situações de nepotismo. Consultando os anteriores relatórios de actividade do CCAC, todos os anos as questões relacionadas com o Regime da Função Pública, incluindo disciplina, gestão interna, direitos, interesses e recrutamento de pessoal, ocupam o primeiro lugar da estatística dos casos alvo de queixas administrativas. Que medidas é que o Governo tomou para acompanhar os referidos casos?



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

2. A revelação de algumas ilegalidades apenas suscitou críticas e avaliações, pois raramente se exigem responsabilidades aos governantes, que também nem precisam de divulgar as melhorias introduzidas. E até há serviços e dirigentes que repetem os mesmos erros. Então, como é que vai materializar-se a responsabilização? Quanto aos governantes cujo desempenho é insatisfatório, incluindo omissões e irregularidades, o Governo deve proceder ao aperfeiçoamento do regime de responsabilização, para lhes exigir, de facto, responsabilidades. Como é que vai fazê-lo?

3. Atendendo aos casos de corrupção, ilegalidades administrativas ou uso irracional do erário público descobertos pelos CCAC e CA - entidades de fiscalização independentes - e às recomendações que apresentaram, os serviços envolvidos devem proceder a uma avaliação séria e avançar com medidas de melhoria para evitar repetir os mesmos erros. Contudo, olhando para os vários relatórios do CCAC e do CA, verifica-se que muitos destes serviços continuam sem melhorar ao longo dos anos. O Governo deve, então, criar mecanismos legais de acompanhamento, para salvaguardar que a situação seja de facto melhorada. Vai fazê-lo?

18 de Abril de 2017

A Deputada à Assembleia Legislativa da
Região Administrativa Especial de Macau,
Lei Cheng I